



# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA



Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXIX | Nº 1307 | de 20/05 a 02/06/2013

# Apartheid no transporte da Repar!

Enquanto turneiros penam com a demora do transporte, gerentes e supervisores gozam de privilégios na condução. **PROCOP NELES!**

Um dos assuntos mais debatidos nas negociações da pauta local da Repar diz respeito ao transporte dos petroleiros. Tanto que foi criado um Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema, cujo representante do Sindicato é o companheiro Luciano Zanetti. O grande problema está nas diferenças entre as “classes” de empregados. De um lado, os turneiros e a demora exacerbada no trajeto casa-refinaria-casa. Do outro, os gerentes, supervisores e coordenadores técnicos de operação com toda a mordomia que a empresa lhes proporciona, como carros alugados à disposição e transporte exclusivo, longe dos “peões de fábrica”.

A política da Repar quanto ao transporte é baseada em castas. Os gestores tensionam no GT para mudar, pra pior (é claro!), referências tidas como históricas no transporte, como o tempo limite e a distância do ponto. Falam em aumentar o tempo para o limite territorial em Curitiba de 01h10 para

01h30, o que já acontece em alguns casos, e estender as distâncias dos pontos de embarque para o pessoal do administrativo. Já sobre as regalias dos gerentes e supervisores, apenas o silêncio. Diante da situação, fica a pergunta: quanto custa o transporte diferenciado? Essas despesas, que não são baratas, poderiam ser revertidas em mais rotas de micro-ônibus para os turnos e administrativo, o que diminuiria o tempo gasto nos trajetos e reduziria as distâncias dos pontos (administrativo).

O Sindicato segue na sua postura de defesa intransigente da categoria e não vai aceitar qualquer retrocesso em relação ao transporte. Muito pelo contrário, vai

lutar para melhorá-lo e acabar com a política de privilégios instaurada.

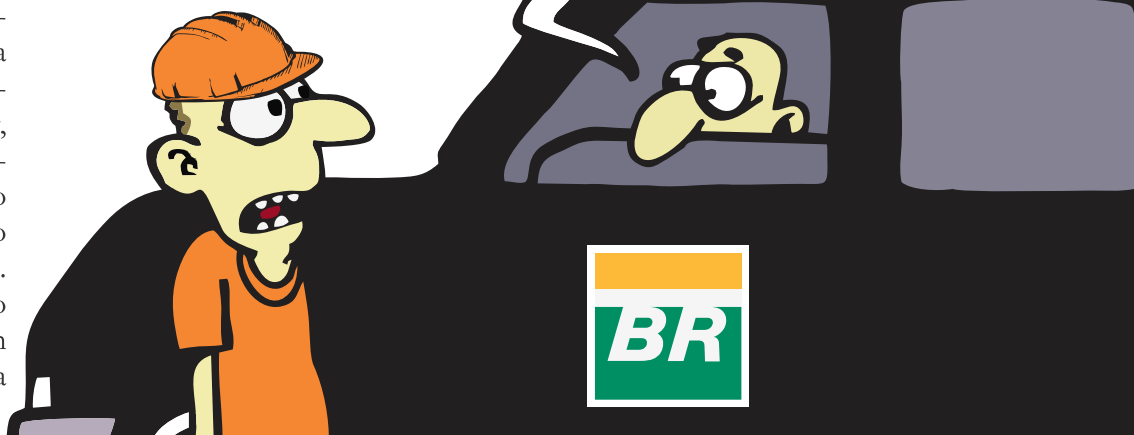
### Procop nos gerentes e supervisores!

A Petrobrás quer economizar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões por ano com o Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop). Porém, até agora a redução de custos só tem atingido pontos fundamentais à saúde e à segurança. Já com

relação às benesses dos cargos de confiança, nada! O transporte diferenciado é um exemplo em evidência. Não há qualquer justificativa técnica e financeira para fornecer tal privilégio, apenas a ostentação de uma postura ideológica de não misturar os trabalhadores do chão de fábrica com os empregados dos cargos ditos especiais.

O mesmo acontece na questão do efetivo. A Petrobrás tem uma facilidade assustadora para criar cargos de gestão (gerências, coordenações, entre outros); por outro lado, rechaça com veemência a recomposição do efetivo onde se garantiria a segurança e a saúde.

**EU? ANDAR DE ÔNIBUS  
COMO TODO MUNDO?  
QUE IDEIA DESCABIDA!**



## ➔ PRÁTICAS ANTISSINDICAIS

# Petrobrás “toma nos dedos” em ação de interdito proibitório

A invenção da Petrobrás para utilizar de práticas antissindicares desceu pelo ralo. Durante as mobilizações da campanha salarial dos trabalhadores das obras da Repar, em 2010, a empresa acionou a Vara Cível de Araucária para conseguir interdito proibitório, instrumento jurídico que tira dos trabalhadores o direito legítimo de manifestação e determina limites de distância da unidade para dirigentes sindicais.

A época ficou estipulada multa diária em caso de descumprimento. As entidades que organizavam a campanha, entre eles o Sindipetro e a CUT, não se intimidaram com a liminar de interdito proibitório e seguiram com a luta.

A assessoria jurídica do Sindicato recorreu e a ação foi julgada improcedente porque ficou entendido que o caso era de incumbência da Justiça do Trabalho e não da Cível. A multa que seria aplicada perdeu o objeto.

A vitória das organizações no âmbito jurídico foi alcançada, porém há muito que se combater em relação às práticas antissindicares da Petrobrás. O assunto já foi até tema de audiência com a Procuradoria Geral do Trabalho, que investiga os casos. Entre as denúncias sobre as peripécias da empresa feitas pelas entidades sindicais, destacam-se a punição aos trabalhadores que participam de movimentos, mobilização de equipes de contingência para inviabilizar greves, bloqueio dos veículos de comunicação dos sindicatos na internet corporativa, fornecimento de fotografias de sindicalistas para seguranças patrimoniais, assédio moral, entre outras truculências praticadas pelos gestores.

## ➔ SAÚDE E SEGURANÇA

# Repar terá eleições para os representantes dos trabalhadores na CIPA

Foi divulgado recentemente o calendário das eleições para compor a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Repar. O edital de inscrição de candidatos já foi publicado e o prazo para inscrições de candidatos vai de 17 de maio a 23 de junho. A eleição começa no dia 24 de junho e vai até 18 de julho.

A CIPA é uma das importantes ferramentas de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Tem como objetivo básico tornar compatível o trabalho com a preservação da saúde e da integridade física e mental do trabalhador.

Um cipeiro deve ter sua conduta guiada pela responsabilidade de zelar pela saúde e segurança de todos(as). O Sindipetro Paraná e Santa Catarina tem demonstrado preocupação em relação às CIPAs. Tanto que no ano passado, em 1º de setembro, realizou o Seminário “A CIPA como espaço de luta por saúde e segurança”. O objetivo foi estabelecer vínculos entre os representantes dos trabalhadores nas gestões das comissões e o Sindicato, esclarecendo sobre a visão dos trabalhadores para a atuação da CIPA.



## Reunião do Conselho de Aposentados



Os membros do Conselho dos Aposentados do Paraná e Santa Catarina se reuniram na última quinta-feira, dia 23, em Curitiba, para debater e deliberar sobre temas de interesse dos seus representados. Na ordem do dia, a organização de uma palestra sobre o Plano Petros, a ser realizada no Sindicato, a pauta dos aposentados e pensionistas para a Plenária Nacional da FUP (Plenafup, 06 a 09/06, Caruaru-PE), e informes sobre a última reunião do Conselho Nacional dos Aposentados da Petrobrás (25 e 26/04, Fortaleza-CE) e também do XIV Congresso Nacional da Associação dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

## Representação na Anapar



O companheiro Evaldo Lamin Filho, diretor e membro do Conselho de Aposentados do Sindipetro PR e SC, participou do XIV Congresso da Anapar, realizado nos dias 17 e 18 de maio, em Vitória-ES, e foi eleito conselheiro titular da Associação.

A Anapar representa e defende o interesse dos participantes de fundos de pensão junto aos poderes públicos – Executivo, Legislativo e Judiciário –, junto às empresas patrocinadoras e às entidades de previdência. Também está credenciada a representar juridicamente seus associados.



# Agenda Sindical

## Maio

- 27 - Último dia para votar nas eleições da Petros.
- 28 - Reunião do GT de Transporte/Repar - 09h00.
- 29 - Reunião da Comissão de SMS/Repar - 10h00.

## Junho

- 03 - Reunião da Comissão Estadual Permanente do Benzeno (CEPBz)
- 04 - Reunião entre FUP e Petrobras sobre a PLR futura.
- 06 a 09 - Plenária Nacional da FUP, em Caruaru-PE.
- 12 - Reunião da CIPA/REPAR.

## → **LESA PÁTRIA**

# Derrotados no 11º round por um governo que retoma a agenda neoliberal

Mal acabou a entrega do patrimônio do povo brasileiro, leia-se 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), realizada no dia 14 de maio, no Rio de Janeiro, e o Governo Federal já convocou um novo leilão do petróleo. O Conselho Nacional de Política Energética autorizou, em texto publicado no “Diário Oficial” na última quinta-feira (23), a realização da 1ª rodada de licitação sob regime de partilha na área de petróleo do pré-sal para outubro.

O que se sabe até agora é que a área de Libra, na Bacia de Campos, estará na rodada. A área, ainda sob controle da União, possui volume que pode variar entre 3,7 bilhões e 15 bilhões barris de petróleo. Nada mais, nada menos do que o maior leilão de petróleo do mundo.

Nem toda a mobilização feita pelos petroleiros e os

movimentos sociais, principalmente o MST e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), conseguiu sensibilizar o Governo Federal da importância de cancelar os leilões de petróleo. Os movimentos entendem que o petróleo é um patrimônio do povo e deve ser explorado por uma empresa 100% estatal e pública. A FUP considerou a série de manifestações como a maior jornada de luta já realizada contra a privatização da energia. Protestos foram realizados em Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte. Em Brasília, petroleiros da FUP e militantes sociais ocuparam a sede do Ministério de Minas e Energia (MME), mas a presidenta Dilma Rousseff e o ministro Édson Lobão se negaram a receber as lideranças. O governo ainda recorreu à Força Nacional de Segurança para desocupar de forma truculenta o saguão do MME.



**PROTESTO EM CURITIBA** Nem toda a pressão das mobilizações dos petroleiros e movimentos sociais país a fora conseguiu evitar a entrega do petróleo brasileiro

No dia do leilão, cerca de 400 manifestantes protestaram do lado de fora do luxuoso Hotel Royal Tulip, local onde a ANP e o MME realizavam o leilão e comemoravam a entrega do petróleo brasileiro.

Mesmo com toda a resistência dos movimentos sociais e a despeito do imenso prejuízo à nação, o governo concluiu em um dia a rodada de

licitação, arrecadando R\$ 2,8 bilhões em bônus de assinatura para um patrimônio que pode valer mais de três trilhões de dólares. Dos 289 blocos ofertados pela ANP, 142 foram arrematados por 30 empresas, das quais 18 são multinacionais de origem estrangeira. Um erro crasso de um governo que a categoria petroleira ajudou a eleger.

### Justiça falha!

As assessorias jurídicas do Sindipetro Paraná e Santa Catarina e da FUP entraram no dia 03 de maio com uma Ação Civil Pública pedindo a suspensão da 11ª rodada de licitações. A alegação foi de que o leilão dos blocos de petróleo é inconstitucional. Não existe qualquer previsão constitucional para o contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural. Porém, o Juiz Federal Claudio Roberto da Silva, da 2ª Vara Federal da Curitiba (PR), declinou da competência de analisar o mérito do processo por existir uma ação semelhante proposta anteriormente. Trata-se de uma ação popular interposta junto à Justiça Federal do Rio de Janeiro. O Juiz do Paraná preferiu, então, remeter a ação civil pública contra os leilões do petróleo ao juiz responsável pela ação anterior.

## → **DELIBERAÇÃO**

# Assembleias voltam para as portas das unidades

Os petroleiros do Paraná e Santa Catarina decidiram que as assembleias cujas pautas tratem de Acordo Coletivo de Trabalho (PLR) e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) serão realizadas nas portas das unidades e as sessões devem contemplar todos os grupos de turno e o horário administrativo, além das sedes.

A deliberação foi tomada nas sete assembleias realizadas entre os dias 06 e 08 de maio, que contemplaram as unidades da Repar, SIX, Tepar, Tefran, TTOL, TBG, Teguçu, Tejá e UO-SUL.

A pauta sobre o local das assembleias foi uma demanda



**Todos os turnos contarão com sessões de assembleias**

percebida pela Diretoria do Sindicato. Diante das opiniões divergentes dentro da categoria; uns defendiam que as assembleias extraordinárias

voltassem a ser realizadas nas portas das unidades, outros preferiam que elas continuassem nas sedes da entidade; a Direção resolveu convocar

assembleias específicas sobre o assunto.

A realização das assembleias apenas nas sedes foi uma decisão da categoria na década de 90 para garantir a liberdade de opinião e manifestação dos petroleiros. Naquela época, sobretudo na greve contra a privatização da Petrobrás, em 1995, havia perseguição aos trabalhadores que se manifestavam contra a empresa. Demissões, punições, entre outras formas de intimidação eram frequentes.

Cabe lembrar que as assembleias ordinárias previstas no estatuto (prestação de contas e eleição da comissão eleitoral) continuam na sede.

→ LUTA CLASSISTA!

# CUT pressiona e governo decide parar tramitação do PL 4330, que (des)regulamenta a terceirização

O governo se comprometeu a paralisar a tramitação do Projeto de Regulamentação da Terceirização (PL 4330) e discutir com o movimento sindical propostas alternativas que garantam os direitos dos trabalhadores.

A promessa foi feita no dia 14 de maio, pelo ministro Gilberto Carvalho, durante reunião da Mesa Permanente de Negociação que vai discutir a pauta dos trabalhadores, entregue no dia 6 de março à presidenta Dilma Rousseff, após a Marcha da Classe Trabalhadora, que reuniu mais de 50 mil pessoas em Brasília.

A terceirização foi o principal item debatido nesta reunião que definiu o calendário inicial de negociação entre centrais sindicais e governo. Isso porque o PL 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), relatado pelo deputado Artur Maia (PMDB-BA), está tramitando rapidamente no Congresso Nacional. “É fundamental parar a tramitação. Do jeito que está, o PL modifica o direito do trabalho no Brasil e precariza ainda mais as relações de trabalho”, alerta a secretária de relações do trabalho da CUT, Maria das Graças Cos-

ta. Segundo ela, “o projeto atende apenas os interesses dos empresários”.

O ministro Gilberto Carvalho garantiu que o governo vai conversar com a base aliada para segurar a tramitação do PL 4330 até que a proposta dos dirigentes sindicais para contratação de mão de obra terceirizada seja negociada e aprovada na Mesa de Negociação, implementada pelo governo também no dia 14.

A primeira reunião entre representantes das centrais sindicais e do governo, que deve iniciar a elaboração de propostas de regulamentação da terceirização, será realizada no próximo dia 11 de junho, às 10h00, na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília.

Nessa reunião, tanto o governo quanto o movimento sindical deverão apresentar propostas alternativas ao PL 4330. A secretária de relações do trabalho da CUT lembra que já existe proposta construída com as centrais sindicais e o Ministério do Trabalho durante o governo do ex-presidente Lula. “A proposta foi entregue ao governo em 2009”, disse Graça Costa.

Participarão da reunião os presidentes da CUT, CTB,



Propostas de regulamentação que garantam direitos dos trabalhadores começam a ser discutidas entre dirigentes sindicais e governo a partir do dia 11 de junho.

UGT, NCST e Força Sindical, os ministros, Manoel Dias (Trabalho e Emprego) e Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil), além de técnicos do MTE. Gilberto pediu que os dirigentes “apontem qual o caminho que as centrais querem para resolver a questão”.

Na próxima reunião serão definidas datas para negociação dos outros itens da pauta que o governo aceitou negociar. O governo não quer debater redução de jornada para 40 horas e fim do Fator Previdenciário, mas os dirigentes garantem que vão pressionar para que esses itens entrem na pauta.

## Itens da pauta que será negociada nesta primeira etapa:

- 1 – Terceirização** – a ideia é construir uma proposta alternativa ao PL da terceirização (11 de junho);
- 2 – Rotatividade** - construção de alternativa para combater a alta rotatividade que precariza o trabalho e é usada pelos empresários para reduzir salários – o trabalhador recém contratado ganha sempre menos do que o antigo que foi demitido.
- 3 – Informalidade** – as centrais e o governo vão discutir uma proposta para aumentar os índices de formalização dos trabalhadores.
- 4 – Fortalecimento do Sistema Nacional de Intermediação de Mão de Obra (SINE)** é outro item que a mesa de negociação vai discutir e buscar solução (11 de junho).
- 5 – Política de apoio a aposentados** – benefícios na área de medicamentos, cultura, lazer, etc.
- 6 – Regulamentação do trabalho doméstico.** O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 72/2013, uma garantia de que os trabalhadores domésticos terão direitos como pagamento de horas extras, adicional noturno e FGTS como todas as outras categorias profissionais, mas falta regulamentar. O governo garantiu que as centrais sindicais vão participar de toda a discussão de cada um dos itens da regulamentação. (11 de junho).
- 7 – Participação das centrais sindicais nos conselhos do Pronatec e Pronacampo.** Os sindicalistas querem discutir a implementação das políticas.
- 8 – Regulamentação do direito de negociação do serviço público** (Convenção 151 da OIT).